



PMSC
Fls. <u>46</u>
Rubrica <u>[assinatura]</u>
Mat. n.º: <u>464</u>

## PARECER JURÍDICO

**Processo Administrativo nº 1.025.003/2021**

**Interessado:** Secretaria Municipal de Saúde

**Modalidade:** Dispensa de Licitação

**Objeto:** Serviço da 7ª Revisão Programada de 70.000 km conforme termo de garantia do veículo MMC/L200 Triton SPT GLX OUTDOOR de Placa: QGV8H09 pertencente ao Fundo Municipal de Saúde deste Município.

**EMENTA:** Direito Administrativo. Direito Constitucional. Contratação Direta. Prazo de Garantia. Art. 24, XVII, da Lei nº 8.666/93. Possibilidade.

### **I - RELATÓRIO**

O presente processo administrativo trata da contratação da pessoa jurídica de direito privado qual seja BUDA VEICULO E PEÇAS LTDA – BUDA MOTORS com o intuito de atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Depreende-se dos Autos a existência de Solicitação de Despesa exarada pelo Setor Requisitante com a descrição fidedigna do objeto e justificativa, além de Termo de Referência onde há a pormenorização da descrição do serviço e obrigações das partes, bem como a comprovação da necessidade por meio de documentos acessórios ao pleito tais como Termo de Garantia e Plano de Revisões.

A pretensa contratação encontra arcabouço no artigo 24, XVII, da Lei nº 8666/93, sendo anexado aos autos pesquisa mercadológica, o despacho que confirma a disponibilidade de crédito orçamentário para a referida despesa, assim como autorização para contratação.

É o que importa relatar.

### **II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

PMSC  
Fls. 47  
Rubrica [assinatura]  
Mat. n.º: 1464

A Constituição Federal brasileira preconiza em seu artigo 37, XXI, a obrigatoriedade de processo licitatório para contratações públicas, ressalvadas algumas exceções especificadas em leis.

Assim, temos que uma das exceções suso referidas é a Dispensa de Licitação, meio de contratação direta, que pode ser utilizada quando respeitadas algumas características e de forma Discricionária à Administração.

No presente caso temos a pretensa contratação direta por meio de Dispensa de Licitação prevista no artigo 24, XVII, da Lei nº 8666/93, nos seguintes termos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

XVII - para a **aquisição de componentes ou peças** de origem nacional ou estrangeira, necessários à **manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica**, junto ao **fornecedor original** desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

Em outras palavras, para que a presente contratação seja possível é essencial a caracterização da finalidade de manutenção de equipamentos, dentro do período da vigência da garantia e o que o fornecedor seja original.

Logo, depreende-se dos autos, a **devida descrição do objeto** sinalizando a aquisição de componentes necessários à manutenção do veículo logo na peça inaugural de Solicitação de Despesa e Termo de Referência. Por conseguinte, há a **comprovação do prazo da garantia** definido nas fls. 13 a 24. E, finalmente, encontramos a **pesquisa mercadológica junto a fornecedores originais** da Mitsubishi reunida nas fls. 25 a 39, executada regularmente de acordo com a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, do Ministério da Economia.

Digno de nota é que a supracitada pesquisa mercadológica fez uso de apenas duas empresas para a solicitação de cotação, tendo em vista serem as duas únicas autorizadas da Mitsubishi no Estado do Rio Grande do Norte. Outrossim, apenas uma das empresas mostrou interesse em enviar o seu orçamento, sendo o fato expressamente evidenciado pelo Setor de compras somado à justificativa.

Ademais, encontra-se presente nos autos a comprovação de idoneidade do pretenso contratado, o que viabiliza e fortalece a possibilidade de formalização de contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

PMSC
Fls. 48
Rubrica
Mat. nº.: 1464

Consoante exegese jurídica acerca de normativos, muito embora já exista indícios que indicam a regularidade processual até o presente Parecer, sugiro a observância dos requisitos elencados na Resolução nº 028/2020 do Tribunal de Justiça Estadual do Rio Grande do Norte, principalmente no que diz respeito ao art. 10 e seguintes, os quais tratam da composição do processo de realização da Despesa Pública.

### III - CONCLUSÃO

Por tudo que foi exposto, em caráter opinativo, entendo que o Processo Administrativo de nº 1.025.003/2021 atendeu aos requisitos legais, estando, pois, regular para a contratação direta proposta.

Serra Caiada/RN, 09 de Novembro de 2021.

Râmida Raiza de Oliveira Pereira Gonçalves  
Procuradora Geral  
Matrícula nº 1464